

direitos e prerrogativas

↳ primeiramente é importante saber que prerrogativa não é direito do advogado, mas sim uma condição pl o exercício da profissão.

O advogado iniciante já deve saber que não há hierarquia e nem subordinação entre advogado, juiz, promotor, policiais e todos devem se tratar com o máximo respeito.

art. 6º EOAB

Além disso, o advogado possui liberdade de exercício da profissão em todo país, de acordo com o art. 7º EOAB, todavia, quando atuar em mais de 5 causas por ano em território distinto daquele de sua inscrição principal, ou seja, em outro Conselho Seccional, deverá promover sua inscrição suplementar, sob pena de cometer infrações disciplinares.

↳ art. 36, III, EOAB.

importante

→ o escritório, os arquivos, os dados, as correspondências e as comunicações telefônicas e de dados são invioláveis.

↳ É proibida a expedição de mandado de busca e apreensão genérico.

▷ **exceção**: uma exceção à regra quando o assunto é a apresentação de procuração é a que diz respeito à prerrogativa de o advogado comunicar-se com seu cliente quando estiver preso, detido ou recolhido em qualquer estabelecimento civil ou militar.

É prerrogativa do advogado ter a presença de um representante da OAB quando for preso em flagrante, desde que a referida prisão esteja atrelada ao exercício da profissão.

↳ é direito do advogado, de acordo com o art. 7º, não ser recolhido preso antes da sentença transitada em julgado, senão em sala maior com instalações e comodidades condignas, e na falta disso, uma prisão domiciliar.

▷ não é necessário que as instalações condignas e as comodidades da sala do Estado maior sejam reconhecidas pela OAB.

art. 7º EOAB → o advogado tem a liberdade de acesso e também o direito de entrevistar-se com juízes e desembargadores sem hora marcada; de manifestar-se, sentado ou em pé, usar da palavra "pela ordem" para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos e afirmações que influam no julgamento, etc.

importante → Lei nº 13.245/2016, art. 7º, inciso XIV.

↳ a referida lei também trouxe a abrigatoriedade do advogado no I.P.

↳ Também é prerrogativa recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar.

• **violação**: uma vez violada a prerrogativa, cabe o desagravo público, que é promovido pelo Conselho Seccional, salvo a competência do Conselho Federal, por exemplo, se o advogado ofendido for um presidente de Conselho Seccional.

↳ o desagravo não depende de concordância do ofendido, que não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.

↳ os desagravos deverão ser decididos no prazo máximo de 60 dias e, uma vez ~~este~~ acolhido para que ocorra este desagravo, será designada a sessão pública de desagravo no prazo máximo de 30 dias.

• **imunidade**: o advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria e difamação puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

↳ a imunidade não alcança o crime de desacato